

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1277532 - RJ (2018/0085107-2)**

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

**AGRAVANTE : INDÚSTRIA E COMÉRCIO QUIMETAL SA**

**ADVOGADOS : HAMILTON DIAS DE SOUZA - SP020309**

**LUIZ EDUARDO DA GAMA E SILVA - RJ015398**

**LUIS HENRIQUE DA COSTA PIRES - SP154280**

**DANIEL CORRÊA SZELBRACIKOWSKI - DF028468**

**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. PEDIDO DE INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM MEDIANTE ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE NESTA VIA EXCEPCIONAL. INVIABILIDADE DE VERIFICAÇÃO, NESTA CORTE, DO GRAU DE DECAIMENTO DE CADA UMA DAS PARTES. REVOLVIMENTO DE PROVA. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Conforme consignado na decisão agravada, não houve violação do art. 535, II do CPC/1973. As questões postas a debate foram decididas com clareza, não tendo havido qualquer vício que justificasse o manejo dos Embargos de Declaração. Ademais, registre-se que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

2. Na espécie, o Tribunal de origem indeferiu o pedido de inclusão dos expurgos inflacionários na forma requerida pela recorrente, eis que *busca obter a aplicação dos valores integrais da inflação nos meses a que se refere, quando os expurgos são, na verdade, a diferença entre a inflação real e aqueles índices determinados pelo Governo para os referidos períodos*. Afirmou, outrossim, que *a Tabela de Atualização de Precatórios traz em seu bojo os índices corretos para os meses onde houve os chamados expurgos inflacionários, o que torna correta a sua utilização para atualização monetária do valor executado*. Logo, para revisar tal entendimento, seria necessária a incursão no acervo fático-probatório da causa, o que é vedado em Recurso Especial.

3. Outrossim, a demanda não se resumiu nos dois pontos levantados em sede de Recurso Especial, dessa forma, a revisão da distribuição dos ônus sucumbenciais, com o intuito de perquirir eventual decaimento mínimo de algum litigante, envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, o que é inadequado na via especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Precedentes: AgInt no AREsp. 970.714/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 23.11.2016; AgInt no AREsp. 906.957/GO, Rel. Min. MOURA RIBEIRO, DJe 18.11.2016; AgInt no AREsp. 918.616/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 8.11.2016; AgRg no AREsp. 78.144/BA, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 3.8.2016.

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator

